

Crescer para pagar a dívida

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

13 NOV 1986

Em uma postura singular para um banqueiro, Thomas G. Labrecque, presidente do Chase Manhattan Bank, um dos cinco maiores credores do País entre os bancos privados, defendeu ontem, em entrevista a este jornal, a necessidade de manutenção do crescimento econômico no Brasil e nos Estados Unidos. Uma das condições essenciais para isso é impedir que haja um recrudescimento do protecionismo nos países. O crescimento, lembra, evita o aumento do desemprego e ajuda no pagamento da dívida.

O Chase não deseja impor quaisquer condições na próxima etapa de renegociação da dívida externa que o País não possa suportar. Em contrapartida, não acha que deva prevalecer como pré-condição para essas negociações a fixação de um limite para a remessa de recursos ao exterior. O governo brasileiro, inclusive o presidente José Sarney, tem manifestado sua intenção de reduzir a remessa líquida de recursos dos atuais 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,5%.

"Em uma renegociação, pode-se negociar tudo, 'cash flow', prazo, taxas, mas não estabelecer limites para o pagamento dos débitos anteriores", explica Labrecque, 48 anos, desde abril de 1981 presidente do Chase, que está no Brasil para "ver nosso pessoal daqui" e manter contatos com empresários e autoridades. Para ele, renegociação significa obter um acordo entre devedor e credores para viabilizar o pagamento da dívida.

(Continua na página 20)

Página 20

Finanças

ACERTO EXTERNO

13 NOV 1986

Crescer para pagar a dívida

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Nesse processo, Labrecque não concede especial ênfase ao papel a ser desempenhado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em entrevista a este jornal, não insistiu na necessidade de o Brasil aceitar o monitoramento do FMI, como desejam alguns bancos como condição para iniciar as negociações. "O Brasil é membro do FMI", lembrou — o que implica receber anualmente visita de uma missão de técnicos que analisa a situação econômica do País.

Muito mais relevante seria a necessidade de o País atrair investimentos do exterior. "O Brasil precisa de novos investimentos", enfatizou várias vezes, considerando que uma posição mais dura do governo na renegociação pode não ser favorável no sentido de atrair mais investimentos. Ele disse especificamente que tentar impor um limite para o pagamento de dívidas antigas não é uma solução para um país que quer captar mais investimento externo.

Ele teme também os efeitos negativos para o País de um eventual acirramento no protecionismo no Brasil e nos Estados Unidos. "É preciso evitar o protecionismo", que tende a impedir a manutenção de taxas expressivas de crescimento. E esse é um ponto significativo, na sua opinião, para o Brasil: o crescimento é plenamente desejável para quem está envolvido com o País. "A recessão tem de ser evitada, no Brasil, nos Estados Unidos e em outros lugares."

Labrecque considera que o Plano Cruzado é importante, nesse contexto, por ser uma tentativa de vencer a inflação. O programa

precisa de ajustes, mas o Cruzado foi um primeiro passo para acertar a economia brasileira — "é uma tremenda oportunidade para o Brasil". Ele considera necessário reduzir o déficit público no Brasil — e nos Estados Unidos. "Nenhum país pode conviver com um déficit público elevado durante muito tempo."

Para o Chase, especificamente, a adoção do Plano Cruzado e a conseqüente necessidade de adaptações dos bancos à nova política econômica coincidiram com um processo iniciado no ano passado de redução no número de agências. Hoje, o banco é bem menor do que há um ano, em número de funcionários e dependências, e está concentrando suas atividades nas operações de atacado, com grandes clientes.

Labrecque não considera que haja uma firme tendência para aumentar o sentimento nacionalista. Se houvesse indícios de que a participação do Estado na economia iria aumentar, com redução do espaço para o setor privado, haveria motivos para preocupação.

Ele também considera natural que haja uma alteração na preferência do eleitorado por partido algo mais à esquerda ou mais à direita. Mas não acredita que a próxima Constituição, a ser elaborada a partir de 1987, determine mudanças radicais no País.

O Chase certamente não faria investimentos no Brasil se não acreditasse na sua estabilidade a longo prazo. E uma das demonstrações mais claras da sua disposição em ficar no País, disse ele, foi dada exatamente com a decisão de trocar o nome da sua subsidiária no Brasil — antes Lar Brasileiro — e assumir o nome da matriz, pelo qual é conhecido internacionalmente.